

“SE OS POBRES SE UNIREM COM A IGREJA PODERÃO CONSEGUIR SEUS DIREITOS”: POR DENTRO DA DISCIPLINA OSPB CONTESTANDO A DITADURA MILITAR NO BRASIL

“IF THE POOR UNITE WITH THE CHURCH, THEY CAN GET THEIR RIGHTS”: INSIDE THE OSPB DISCIPLINE CONTESTING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL

Davison Hugo Rocha Alves*

RESUMO

O presente artigo pretende debater a historicidade da disciplina escolar Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Usaremos como fonte documental os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) no período compreendido entre o ano de 1979 ao ano de 1988, ele é conhecido como transição democrática pela historiografia brasileira. O aporte teórico-metodológico encontra-se alicerçado dentro da História Social Inglesa a partir do diálogo com E.P Thompson (1981), com a história das disciplinas escolares Santos (1990), Galvão & Sousa Júnior (2005) e André Chervel (1990). Percebemos analisando a documentação que há uma mudança de orientação educacional sobre a disciplina OSPB, pois, no período de transição democrática foram feitas críticas a ditadura militar e sua política educacional. Foi o espaço de introdução de novos sujeitos, novos temas e novas perspectivas para o campo educacional brasileiro.

Palavra-chave: Organização Social e Política do Brasil (OSPB); Ditadura Militar; Transição Democrática.

ABSTRACT

This article aims to discuss the historicity of the Brazilian Social and Political Organization (OSPB) school discipline. We will use as a documentary source the archives of the National Information Service (SNI) in the period from 1979 to 1988, it is known as a democratic transition by Brazilian historiography. The theoretical-methodological support is based on English Social History from the dialogue with E.P Thompson (1981), with the history of the school subjects Santos (1990), Galvão & Sousa Júnior (2005) e André Chervel (1990). We perceive by analyzing the documentation that there is a change in educational orientation on the OSPB discipline, because, in the period of democratic transition, criticism was made of the military dictatorship and its educational policy. It was the space for the introduction of new subjects, new themes and new perspectives for the Brazilian educational field.

Keywords: Social and Political Organization of Brazil (OSPB); Military dictatorship; Democratic transition.

* Docente da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). davison.hugo@gmail.com

1. No período de redemocratização não há espaço para disciplinas autoritárias.

O presente artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa em andamento pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), ele faz parte das discussões realizadas em torno da ditadura militar no Brasil e sua política educacional no final dos anos 1960. Portanto, ele está inserido dentro um amplo projeto que tem como finalidade estudar a historicidade da disciplina acadêmica Estudo(s) de Problemas Brasileiros e as formas de resistência durante a fase final do regime militar.

A perspectiva teórica-metodológica apresenta neste artigo advém da História Social Inglesa, a partir das reflexões do historiador E.P Thompson, para debatermos a experiência da disciplina Organização Social Política do Brasil (OSPB) pela ótica do Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi um órgão de inteligência criada pela presidência da República no dia 13 de junho de 1964, a partir da lei nº 4.341 que tinha como função monitorar e coordenar nacionalmente as atividades de informações e contra-informações em diversas instituições públicas e particulares no país.

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes é a experiência de classe) que dar cor à cultura, aos valores e aos pensamentos: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida (THOMPSON, 1981, p. 112).

Carlos Fico, em seu estudo *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – Espionagem e Polícia Política* (FICO, 2001, p. 28), aponta para o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da Ditadura Militar. Ele destaca que o “SNI produzia e manda produzir informações” (FICO, 2001, p. 81). Quem comandava era o chefe com status de Ministro de Estado e ele assessorava diretamente o Presidente da República.

Para explicar a experiência social deste disciplina escolar no período de redemocratização foi levantado, sistematizado e analisado um conjunto documental de fontes históricas que estão disponíveis no Arquivo Nacional de forma digitalizada podendo ser acessado através do link <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>, no qual buscou se deslindar diversos aspectos da vigilância e do controle em torno da atividade docente, dos congressos e ações dos movimentos no que se refere a disciplina OSPB, e sempre que permitiu a documentação, refazer alguns caminhos, apontar um rosto, um nome, uma história.

No que se refere a História das disciplinas Escolares (HDE) abordaremos nossas reflexões a partir dos apontamentos de Santos (1990) que argumenta a necessidade de construir uma leitura do passado educacional brasileiro que distanciasse das perspectivas ligadas apenas as estruturas econômicos, sociais e política. Ela é uma vertente da chamada Nova Sociologia da Educação (NSE) que tem como finalidade compreender o processo de seleção e organização do conhecimento educacional e, mais especificadamente o saber escolar, buscando compreender a materialização do conhecimento no currículo (GALVÃO; SOUSA JÚNIOR, 2005, p. 398).

O historiador francês André Chervel (1990) em texto clássico sobre a História da Disciplinas Escolares argumenta a necessidade de compreender como as disciplinas funcionam, seja no se refere ao seu aspecto interno como externo na sociedade. Para ele, é importante frisar as mudanças e permanências na história dos conteúdos curriculares no interior da sociedade.

Nesse sentido, cabe contextualizar o período em que estamos trabalhando neste artigo. Refiro-me ao período de transição democrática no Brasil conforme expressa o professor Daniel Aarão Reis (2014). É o espaço em que a sociedade civil constrói articulações no interior da sociedade brasileira para fazer críticas as políticas educacionais da ditadura militar. Novas vozes surgem no cenário político, percebemos o papel do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e do Partido Democrático Trabalhista (PTD) que debatem no espaço aspectos específicos como: democracia, direitos humanos, eleições diretas para presidente da República e para reitor de universidade, o direito à cidade, o combate ao racismo, entre outros aspectos.

Chamamos de transição democrática o período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais em 1979, e termina com a Aprovação de uma nova Constituição. De transição, porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou de um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como “entulho autoritário”, a um estado de direito democrático, definido por uma constituição aprovada por representantes eleitos pela sociedade (AARÃO REIS, 2014, p. 125).

O período compreendido entre 1979 até 1988 ficou conhecido na historiografia como transição democrática, dois eventos ocorridos neste contexto apresentam uma nova transição lenta, gradual e contraditória do estado de exceção para o retorno da democracia, refiro-me a duas importantes legislações, que são elas: a Lei da Anistia e a Reforma Partidária, redimensionam o processo de transição política iniciada por Geisel.

Ao assumirem o governo, em 15 de março de 1979. João Figueiredo e Golbery de Couto e Silva tinham um objetivo: consolidar o processo iniciado por Geisel, mantendo o controle das forças favoráveis “aos ideais de 1964” sobre o poder no período presidencial seguinte. Assim, ainda em 1979 foram aprovadas duas importantes legislações: a Lei da Anistia e a Reforma Partidária (AARÃO REIS, 2014, p. 104).

O período cronológico possui controvérsias dentro da historiografia sobre a ditadura militar. Por exemplo, a professora Maria Paula Nascimento Araújo em artigo publicado denominado *A ditadura militar em tempos de transição (1974-1985)*, ela afirma que no período de dez anos a fase final da ditadura militar vivenciou uma verdadeira “quebra-de-braço” envolvendo a sociedade civil e o governo militar.

O momento que evidencia de forma mais aguda o confronto entre democracia e a ditadura no Brasil, contudo, é o período de transição política, entre 1974 e 1985. Tal período se inicia com a posse do presidente Geisel, que traz a proposta de uma abertura política, “lenta, gradual e segura”, e desemboca num processo de redemocratização, culminando no final do regime militar. Durante esses dez anos, ditadura e democracia vivem uma verdadeira “queda-de-braço”, na qual os principais protagonistas são o governo militar e a sociedade civil (ARAÚJO, 2006, p. 154).

Portanto, é o momento em que as disciplinas autoritárias estavam sendo questionadas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais, refiro-me as entidades (re)construídas no período de transição democrática, elas estavam questionando as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Por exemplo, temos a atuação da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e a Associação Profissional dos Sociólogos do Brasil (ASB) e a Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) que exigiam a volta das disciplinas História, Geografia e Sociologia no currículo escolar.

Nessa conjuntura de construção da democracia política, a luta pelo fim da obrigatoriedade da EMC nos currículos da educação básica e de EPB no ensino superior (componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores), como analisa Cunha (2012) foi um caminho ‘lento, tortuoso e contraditório’ (GUIMARÃES, 2014, p. 82).

A disciplina História havia sumido do currículo escolar conforme menciona a professora Judith Trindade (2014). Havia espaço para debater o civismo, o nacionalismo, a sociedade e o papel acrítico do ensino de História. A disciplina OSPB estava inserida no interior desse jogo de legitimação da ditadura militar no Brasil. Uma das formas encontrada foi o espaço escolar. No final dos anos 1970 o movimento dentro do espaço escolar começa a mudar, foram escolhidos outros temas para debater a cidadania, a democracia e aspectos que estão no cotidiano dos professores e alunos.

No final dos anos 1970 início dos anos 80, no bojo dos movimentos pela redemocratização, é posto em pauta pelas secretarias estaduais de educação e associações afins a reestruturação do ensino de História. Em alguns Estados, como: Rio de Janeiro; Minas Gerais; São Paulo; Paraná e Santa Catarina, foram elaboradas novas propostas de novo currículo básico que entre outros avanços, propunham a reimplantação da história como disciplina dotada de autonomia teórica e metodológica (TRINDADE, 2014, p. 51).

Portanto, queremos debater as intervenções no espaço público e as críticas ao ensino construído pela ditadura militar. No final dos anos 1980 foi publicada uma obra que debate a restauração no currículo das disciplinas do campo das humanidades, foi um período propício para formulação e debates sobre o projeto de nação da ditadura militar e suas repercussões dentro do campo das ciências humanas.

Rouanet defendeu quatro argumentos a favor da restauração das humanidades no currículo: a) o cultivo das humanidades constitui um contrapeso necessário, à difusão da cultura democrática assim resumidos; b) o manejo das humanidades torna o espírito infinitamente mais versátil; c) o cultivo das humanidades pode contribuir para o hábito do pensamento crítico, sem o qual segundo o autor, a nossa jovem democracia não poderia sustentar-se; d) segundo o autor, menos importante, as humanidades são fontes de prazer (ROUANET, 1989 *apud* GUIMARÃES, 2016, p. 322-326).

Era necessário remover o “entulho autoritário” construído durante os anos 1960 pela ditadura militar no Brasil, o debate presente nos movimentos sociais estava alinhado à novo contexto sociopolítico. A disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) legitima o debate sobre o nacionalismo e o civismo pretendido pelos militares para o denominado 2º grau. As finalidades da Educação Moral e Cívica (EMC) podem ser relacionadas com os aspectos conservadores pensados pela ditadura militar no Brasil.

Como por exemplo, pode-se citar o forte apelo nacionalista, revelado pelo patriotismo, o amor e o culto à pátria, a nação como bem supremo, a necessidade de promover a coesão social e política, a supressão dos antagonismos que a dividem e a enfraquecem, a busca pelo fortalecimento do Poder Nacional. A noção de que o Estado deve ser forte e autoritário, capaz de impor uma ordem que afugente o caos ou uma grave crise, está acompanhada do conceito de centralização capaz de suprimir particularismos e regionalismos (SANTOS; QUADROS, 2019, p. 150).

O decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 foi sendo modificado ao longo da ditadura militar brasileira, ela era considerado o embrião do regime militar que normatiza as disciplinas EMC em todas as suas modalidades de ensino. Por exemplo, durante os anos 1980 durante a gestão da ex-ministra Ester de Figueiredo Ferraz foi publicado um documento intitulado *Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica*

e Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus. O documento legal tinha a finalidade de “oferecer mais um subsídio àqueles que, nas escolas, desenvolvem Educação Moral e Cívica” (BRASIL, 1984, p. 5) conforme destaca a presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) Edília Garcia. Ele apresenta sugestões para o desenvolvimento do programa de OSPB nos 1º e 2º Graus.

Podemos compreender a partir das ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que houve pequenas mudanças de orientação ideológica referente ao pensado pelo regime a partir do anos de 1971. No entanto, cabe-se ressaltar que o papel da família, o papel do Estado e das instituições integradas ao MEC estão no centro do debate da disciplina OSPB, ele tinha como objetivo principal redimensionar o debate de civismo e atrair o olhar da juventude brasileira para aproximar-se das ações e desenvolvimentos práticas da disciplina EMC para o ensino de 2º Grau.

Por exemplo, durante a apresentação do novo documento legal foi destacado que foram introduzidos elementos de axiologia, ou seja, dos valores que o regime queria desenvolver no ensino desta disciplina escolar. Era necessário colocar em sequência cronológica as finalidades do 1º e do 2º grau, que estavam dissonantes naquele contexto, por exemplo, o documento legal afirma que os objetivos para o 2º grau são “analisar as origens, os valores e a realidade da sociedade brasileira, a fim de poder integrar-se de maneira construtiva e consciente na nossa sociedade e no mundo atual” (BRASIL, 1984, p. 15).

Destacam também que os objetivos específicos para o ensino de OSPB no 2º Grau, vem no sentido de “identificar os aspectos fundamentais das questões abordadas durante o curso, relacionando-os com a realidade histórica de seu tempo, dentro de uma perspectiva que lhe faculte a compreensão da abrangência do processo social” (BRASIL, 1984, p. 15).

Quadro 1 – Sugestão de currículo da disciplina OSPB

- | |
|--|
| <p>I – Campo Político</p> <ol style="list-style-type: none">1. Organização política, constitucional e administrativa.<ol style="list-style-type: none">1.1. Conceito, formas e funções do Estado.1.2. Regimes políticos e formas de governo.<ol style="list-style-type: none">1.2.1. Regimes Pluralistas e Regimes de Partido Único.1.2.2. Monarquia e República.1.3. Conceito e definição de constituição.<ol style="list-style-type: none">1.3.1. Constituição Costumeira e Constituição Escrita.1.3.2. A Constitucionalidade das Leis.1.4. A evolução da organização política do Brasil.<ol style="list-style-type: none">1.4.1 A Organização política colonial, imperial e republicana.1.5. A Organização Constitucional Brasileira.<ol style="list-style-type: none">1.5.1. As Constituições Brasileiras. |
|--|

- 1.5.2. A Atual Constituição do Brasil.
- 1.6. A Organização administrativa do Brasil.
 - 1.6.1. O Governo e a Administração.
 - 1.6.2. O planejamento administrativo.
- 1.7. Política Internacional.
 - 1.7.1. Política Externa (conceito).
 - 1.7.2. Política Externa do Brasil.
- 1.8. O Estado e o indivíduo.
 - 1.8.1. Direitos e Deveres.
- II – Campo Social e Econômico.
 - 1. O organismo social: a família.
 - 1.1.1. Evolução Social Brasileira.
 - 1.1.2. Comunidade Rural: características e instituições.
 - 1.1.3. Comunidade Urbana: características e instituições.
 - 1.2. Economia Nacional.
 - 1.2.1. Visão do conjunto a partir de 1950.
 - 1.2.2. As desigualdades regionais e a política econômica setorial e nacional.
 - 1.3. Política Social.
 - 1.3.1. As formas operatórias da Política Social.
 - 1.3.2. Previdência Social.
 - 1.3.3. Direitos assegurados aos trabalhadores.
- III - Campo Cultural.
 - 1. Organização Educacional e Cultural.
 - 1.1.1. A Educação da Colônia, no Império e na 1ª República.
 - 1.1.2. Reformas Educacionais a partir de 1930.
 - 1.1.3. Atual Política Educacional: Lei 5692/71 e Lei 5540/68: o papel dos conselhos de Educação.
 - 1.2. A Evolução Geral da Cultura Brasileira.
 - 1.2.1. A cultura no tempos Coloniais, Império e na 1ª República.
 - 1.2.2. A política cultural nos anos 1930.
 - 1.2.3. A política cultural brasileira atual e a ação do conselho federal de cultura.

Fonte: Ministério da Educação, Brasil, 1984

2. Os professores e alunos pelo olhar do SNI e sua atuação na disciplina OSPB

A agência Belém (ABE) do Serviço Nacional de Informações (SNI) noticia no dia 30 de dezembro de 1980 a atuação subversiva na rede particular de ensino na cidade de Belém (PA), era uma denúncia contra o professor Armando dos Santos Alves Filho, ele era professor das disciplinas História e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), das escolas particulares Nazaré e Grupo Educacional Ideal¹. Ele fazia diversas críticas ao Governo e influenciava os alunos a terem pontos de vista contra o regime militar vigente.

O professor de Química Raimundo Gouveia Ferreira Pimentel Bezerra do curso de Ideal e do colégio Santo Antônio, ele também é mencionado no documento do SNI do professor Armando dos Santos Alves Filho². Ele foi também vigiado pelo SNI da Agência

¹ **Atividades Subversivas – Armando dos Santos A. Filho e Raimundo Gouveia Ferreira Pimentel Bezerra.** Informação Interna nº 0010/116/ABE/80. Serviço Nacional de Informações. Agência Belém. ACE nº 1271/81. Confidencial.

² Idem, 1980, p. 1.

Belém, durante o processo consta que ele “incute os seus alunos o repúdio às autoridades constituídas no país e ao regime militar vigente”¹.

A denúncia ocorrida na agência interna da cidade de Belém era a ocorrência de panfletagem nas aulas do Colégio Nazaré ocorrida entre alunos e professores, o professor Armando Filho durante as aulas de História do ensino médio e na disciplina OSPB do 3ª série do ensino médio². Segundo o SNI, a doutrinação tinha como foco principal atingir os alunos do curso pré-vestibular do referido colégio. Havia a evidência prevista no documento do SNI da ligação entre o colégio Nazaré e a Casa da Juventude (CAJU), localizada na cidade de Belém, ela era coordenada pelo padre Raul Tavares, eles estariam juntos envolvidos com a panfletagem³. O panfleto tinha como título “O jovem e a sociedade de consumo”, vejamos alguns aspectos elencados pelo panfleto distribuído no colégio Nazaré.

Você liga a televisão. Depara logo com uma infinidade de comerciais. É a propaganda do “teem”, de coca ou Pepsi (dá na mesma), de cigarro, de novos lançamentos da moda, de perfumes, de remédios. Outro dia, vendo televisão entre uma e outra parte do filme, a TV apresentou nada menos que 12 qualidades (qualidades?) de remédio. Isso no espaço de apenas 10 minutos.

Você compra um jornal ou uma revista e percebe que foi enganado. Mais de 1/3 do espaço é ocupado por comerciais. A própria revista “Veja”, considerada um tanto científica, coloca (num de seus números) uma espécie de campanha contra o fumo na capa e na contracapa, a propaganda do cigarro Minister. Nas ruas, nos ônibus, no cinema, no rádio, nas paredes dos edifícios você continua sentindo-se assaltado pela avalanche da propaganda comercial. A gente acaba se sentido tão preso e tão envolvido por este mundo artificial, que a sociedade de consumo cria ao nosso redor, que até nos esquecemos que somos capazes de decidir, de pensar e de escolher por nós próprios. É que a propaganda, de tanto insistir e oferecer coisas, de fazer promessas e criar necessidades, se transforma num verdadeiro entorpecente⁴.

Havia uma clara crítica ao mundo artificial criado pela propaganda, como se ela tivesse a intenção de iludir o consumidor e distrair a população na TV e fora dela. Era a sociedade de consumo criado pela indústria cultural no capitalismo. Havia uma crítica a acomodação da sociedade ao estilo de vida e consequente ao governo militar vigente. E assim, continua

Quando alguém descobre que é bom ser livre, que é bom ter vontade própria, que é bom ter iniciativa e criatividade, mas que tudo isto está

¹ Idem, 1980, p. 1.

² **Doutrinação e panfletagem no Colégio Nazaré.** Informação nº 317 – E-2/80. Ministério do Exército. Comando da 8ª região militar da 2ª seção. Belém, 19 de setembro de 1980. Confidencial.

³ Idem, 1980, p. 1.

⁴ Panfleto - O jovem e a sociedade de consumo. 1980.

planejado para que tudo isso não aconteça, começa a ficar neurótico e frustrado. Tornando-se um alienado, um egoísta e cai no individualismo. É isso que a sociedade de consumo quer: “Cada um para si e Deus para todos”. Ela sabe que é bem mais fácil controlar um povo quando ele não tem união e é egoísta. Um povo egoísta, desunido e onde cada um procura subir na vida por conta própria, sem se importar com os outros, é incapaz de se preocupar com os problemas do bairro, da cidade, do estado, do país e do mundo. Torna-se um povo fraco, um povo que não poder para exigir seus direitos e o respeito que a sua dignidade do ser humano exige. A propaganda é endereçada, sobretudo aos jovens, para criar clientela segura. Forjam necessidades desnecessárias, fictícias e incompatíveis com a realidade socioeconômica deles, influenciando em suas convicções mais profundas. Mais da metade da população brasileira tem menos de 20 anos de idade, o Brasil é, portanto, um país jovens. Ser jovem significa movimento, dinamismo, alegria, beleza viva, sonhos e, principalmente, grandes ideais. O jovem vive um período da vida de grande sensibilidade, de procura de um objetivo, de realização, de busca de uma profissão que lhe garanta a vida. A psicologia nos diz que o jovem se deixa influenciar muito mais que o adulto. Ora, os donos do Meios de Comunicação sabem disso e se aproveitam dessa situação para fazer a cabeça dos jovens. E o fazem, com apelação e até com cinismo, misturando todo o tipo de carro, uma marca de cigarro, tal sabonete, aquele perfume, aquele desodorante que não falha, um shampoo incrível, uma roupa, uma dança que provoca aquele “clic”, refrigerante para a pior sede, uma bebida para o antes, o durante e o depois, um remédio que faz você elegante, inteligente e prolonga a juventude, uma comida e temperos que dão prazer, o skate, o patins, a prancha de surfe, e assim por diante. Tudo é associado com carinho e, boa vida e prazer, sexo, boa companhia, felicidade, realização, sucesso na vida, amor, família, liberdade, autonomia e capacidade de conquista qualquer coisa¹.

A relação modo de produção capitalismo e o consumo na sociedade é evidenciada. Percebemos que há a utilização do conceito de “alienação do objeto” dentro da sociedade consumo, conforme nos apresenta o dicionário do pensamento marxista sobre o conceito de alienação,

No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade humana ela mesma) (BOOTMORE, 1988, p. 65).

E continua,

O grande valor da juventude hoje é o inconformismo. O jovem possui uma insensibilidade de alto grau. Reage que como por instinto a tudo que é errado. Já cansou com este tipo de vida materializante que a sociedade impõe porque só pensa no seu bem-estar, no consumo, na comercialização, na fama, na competição e na exploração que despersonaliza e desumaniza. A juventude está muito só, infelizmente.

¹ Idem, 1980.

Os adultos estão mais desorientados do que nunca. A igreja está agora a se preocupar mais com a juventude. Certas escolas deformam a juventude porque ensinam os jovens a praticar o egoísmo, a competição, o individualismo, o pouco caso pela nossas tradições. O civismo que aprendem é um respeito submisso às autoridades e aos homens no poder. As nossas escolas são controladas por um Ministério da Educação e Cultura que preocupa em formar técnicos e mão de obra especializada, do que verdadeiros homens e mulheres brasileiros. Como seria bom poder dizer agora que, junto com o progresso técnico-científico destes 15 anos que o Brasil viveu, houve 15 anos de progresso humano, que o brasileiro se tornou mais gente, mais livre, mais escolarizado, mais bem remunerado, menos enganado, com direito de participar da escolha de seus governantes e mais feliz. Mas a realidade social está aí. Temos que assumir uma atitude o quanto antes. Só temos dois caminhos: ou deixarmos as coisas como estão (é o que “eles querem”) ou reunimos e juntos vamos construir uma saída¹.

No panfleto acima está expresso as críticas a ditadura militar e as disciplinas autoritárias ligadas ao civismo pretendido para domesticar a juventude brasileira. Por outro lado, fica evidenciado que era necessário construir uma alternativa dentro da sociedade brasileira para os caminhos da democracia brasileira, eles reforçam o papel da igreja, o papel da escola, o papel do cidadão na construção coletiva de um mundo melhor, que seja mais participativa, mais reflexivo e crítico ao sistema vigente. A disciplina OSPB deveria ser orientada a partir das ações práticas, que são colocadas nas discussões e no cotidiano do jovem brasileiro.

A agência São Paulo (ASP) do Serviço Nacional de Informações (SNI) noticia no dia 20 de abril de 1982 uma atuação subversiva², era uma denúncia contra a professora Maria Inês Pelissoni, ela era professora da disciplina escolar Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Foi evidenciado pelo SNI da ASP que a professora usava obras didáticas de referências comunistas, como as seguintes: *A burguesia brasileira* de Jacob Gorender, *O movimento paulista de 1932 e a causa paulista* de Maria Capelato, que foram na época publicadas pela editora Brasiliense. Ela não preferia usar livros recomendados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e nem pelo Conselho Federal da Educação (CFE) para o ensino desta disciplina autoritária.

O SNI evidencia que durante as aulas da disciplina OSPB fazia diversas críticas ao governo em todos os níveis³, a professora Maria Inês Pelissoni durante a disciplina

¹ Idem, 1980.

² **Atividades de Maria Inês Pelissoni.** Informe nº 1120/119/ASP/82. Serviço Nacional de Informações. Agência de São Paulo. Confidencial.

³ Idem, 1982, p. 1.

escolar estava “instilando na mente dos alunos conceitos distorcidos da realidade e da atual conjuntura brasileira”¹.

A professora Neuza Pereira de Carvalho era formada em Ciências Sociais, ela atuava como docente de História e de OSPB no Grupo escolar Adalberto Nascimento, no estado de São Paulo localizada no bairro de Taquaral, ela usava as aulas de OSPB para fazer propaganda contra a ditadura militar brasileira². A professora Neuza Carvalho fazia pregação comunista.

No dia 14 de outubro de 1982 o comando do 1º exército informa que o aluno Raimundo Vieira Bentes Pampolha, estudante do 3º ano na escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), ele foi desligado no ano de 1981, por ter comportamento considerado insuficiente pelo Comando do Exército. Ele foi punido dentro do espaço escolar pelos seguintes motivos: “deixar de cumprir ordens”, “aplicar castigos físicos”, “Não se enquadrar”, “faltar as formaturas”, “ausentar-se da escola”, “não ter o devido zelo do material da Fazenda Nacional”, “atrasos frequentes”, “faltar às atividades”, “deixar de cumprir ordens”, “é órfão de pai” e “mau aluno intelectual e disciplinarmente, pois, ele passou no 1º ano para o 2º ano em 276º lugar de uma turma de 277 alunos, no 2º para o 3º ano, em 257º lugar, em uma turma de 259 alunos ”³. Ele havia sido reprovado no 3º ano.

Era professor da disciplina OSPB no colégio de 2º Grau Promove. Raimundo Vieira Bentes Pampolha também frequentava o 1º ano do curso de Direito na cidade de Varginha (MG). A atuação profissional de Raimundo Pampolha foi constantemente vigiada pelo SNI, houve-se uma denúncia contra o docente. O documento do SNI nos informa que no dia 24 de setembro de 1982, ele trabalhava também no curso preparatório para o vestibular Super-Homem, localizado na cidade de Alfenas (MG), ele havia substituído o professor de História a pedido da direção do pré-vestibular, que havia faltado no dia 24 de setembro de 1982⁴.

Ele foi chamado para ministrar assuntos da disciplina OSPB que poderiam “cair” na prova do vestibular do ano de 1983. Durante as aulas no final do ano de 1982, Raimundo Vieira Bentes Pampolha comentou os seguintes assuntos: “Não sou político e

¹ Idem, 1982, p. 1.

² **Neuza Pereira de Carvalho** – Professora – 4.5.5. Informação nº 509/82-E2.4.1. Ministério do Exército. Comando do II Exército – 2ª seção. 1º exército. São Paulo, 27 de maio de 1982. Confidencial.

³ **Raimundo Vieira Bentes Pampolha** – 4.5.5. Informa nº 1346/82/E2-A/4º DE. Belo Horizonte, 21 de dezembro de 1982, Confidencial.

⁴ Idem, 1982, p. 2.

nem candidato mas, se fosse vocês, não votava no PSD”, “Os presidentes militares são uns bobocas. O presidente Costa e Silva foi obrigado a assinar o AI-5 e depois deram um tiro na cabeça dele, porque ninguém pode ver um corpo enrolado em um lençol”, “O presidente Castelo Branco foi suicidado”, “a única coisa boa que os presidentes militares fizeram foi a abertura”, “A Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, Angra não servem para nada”, “Na construção da ponte Rio-Niterói quando um operário caia n’água, esperava-se 5 minutos, se o corpo não boiasse jogava-se cimento para cima e em Itaipu a mesma coisa”, “Se os pobres se unirem com a igreja poderão conseguir seus direitos”, “O único militar inteligente é Luiz Carlos Prestes”¹.

No dia 19 de abril de 1985 foi realizado um encontro com professores e estudantes na cidade de Campo Grande (MS), ela tinha como finalidade debater as mudanças das grades curriculares do ensino de 1º, 2º e 3º graus no estado de Mato Grosso do Sul². O encontro estava sobre a coordenação da professora Marisa Bittar, era funcionária da secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, e considerada militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O encontro teve a participação de 80 pessoas, nele foi debatido a retirada do currículo do Mato Grosso do Sul as disciplinas de cunha ideológico da ditadura militar, refiro-me as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo de Problemas Brasileiros (EPB). Os professores da rede estadual do Mato Grosso do Sul estavam querendo a incorporação ao currículo as disciplinas Psicologia, Filosofia e Sociologia no currículo escolar³.

Durante o encontro houve intervenções e críticas ao decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, por exemplo, foi mencionado no documento do SNI que o discente Roberto Alexandre Costa da Cunha Neto, naquele momento representando a União Sul Mato-Grossense de Estudantes Secundaristas (USMES) e filiado ao PCB, ele criticou o decreto-lei nº 869 e disse aos presentes “não por considerá-lo nocivo, mas por ter sido assinado por três Ministros militares”. Para ele, os militares são covardes por não concordarem com a mudança da grade curricular de ensino do país⁴.

¹ Idem, 1982, p. 2.

² **Mudança na grade curricular de ensino de 1º e 2º graus – Marisa Bittar e outros** – Campo Grande/MS. Informe nº 511/01/II/1985-CI/DPF. Departamento da Polícia Federal. Centro de Informações. Confidencial. Campo Grande, 8 de maio de 1985.

³ Idem, 1985, p. 1.

⁴ Idem, 1985, p. 1.

O professor e militante do PCB (MS) Amarílio Ferreira Júnior destaca em sua intervenção que “a disciplina Educação Moral e Cívica o deixou traumatizado quando era estudante secundarista, pois, quem foi seu professor foi um agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e ele falava somente de tortura e organizações subversivas”¹. No entanto, ao final do encontro a maioria dos presentes não apoiavam o fim das disciplinas autoritárias. Foi tirado como deliberação que o assunto fosse debatido com os estudantes em sala de aula, com intenção de saber se os estudantes são contra ou a favor, no que se refere a retirada das disciplinas autoritárias da grade curricular².

O documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) solicita que se identifique os participantes – com seus respectivos cargos, posição político-ideológica, cadastro e quando for o caso, sinopse dos pronunciamentos –, principais temas discutidos e atividades que merecem destaque³. Ficou decidido que se apresente uma lista dos de resoluções e/ou conclusões adotadas durante o evento⁴.

Nos dias 28 a 30 de abril de 1988 na cidade de Belo Horizonte (MG), foi realizado o V Encontro Mineiro dos Sociólogos, ele tinha como objetivo discutir os problemas que afetam a categoria⁵. O evento foi promovido pelo sindicato dos sociólogos de Minas Gerais, ele contou com a participação de 70 setentas, teve a presença dos seguintes: Virgílio Guimarães de Paula (deputado federal, PT/MG); Célio de Castro (deputado federal, ex-PMDB/MG); o sociólogo Agnaldo Aquiles Peixoto Quintela; Otávio Soares Dulci (UFMG); Mariza Rezende Afonso (Fundação João Pinheiro); Cristina Miranda (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS) e Décio Saes (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)⁶.

Durante o V Encontro Mineiro dos Sociólogos foram debatidos os seguintes temas: “A transição e o novo regime político do Brasil”, “O regime militar chegou ao fim ou se reciclou?”, “Que regime político está vigorando durante a transição?”, “Criar uma articulação a nível nacional – Federação/Conselho”, “Mudança da Regulamentação da Profissão” e “Mercado de Trabalho”⁷. O debate sobre a redemocratização estava posto dentro do encontro mineiro dos sociólogos, a fala de Virgílio Guimarães,

¹ Idem, 1985, p. 2.

² Idem, 1985, p. 2.

³ **VII Congresso Nacional de sociólogos**. 9 de maio de 1988. 005246. Confidencial.

⁴ Idem, 1988, p. 1.

⁵ **V Congresso Mineiro dos Sociólogos**. 20 de maio de 1988. 005690. Confidencial.

⁶ Idem, 1988, p. 1.

⁷ Idem, 1988, p. 1.

Ela foi uma negociação, foi uma prestação para quem acreditava em uma Nova República, com espaço para novas conquistas sociais profundas. O regime militar continua a se transformar com os mesmos objetivos e com formas de dominação diferentes. Há crise profunda no partido do Governo, sindicatos de classes dominados e um crescimento do movimento popular. É importante discutir as tarefas políticas para que a solução desta crise acerte no sentido de um movimento popular, que o brasileira precisa¹.

O ex-PMDB Célio Castro faz a defesa da construção de uma sociedade socialista no Brasil durante o período de redemocratização, ele durante o V Encontro mineiros dos profissionais de Sociologia destaca durante sua participação que,

Não houve uma transição, mas sim um plano ou projeto articulado pela classe dominante. Não houve mudança na estrutura do poder; o esquema autoritário ainda permanece em vigor. O conselho de defesa representa o mesmo Conselho de Segurança Nacional reciclado, e talvez, com uma composição majoritária dos militares, em relação ao antigo Conselho de Segurança Nacional. Manter o presidencialismo foi um argumento de ordem autoritária. É preciso de uma implantação de uma democracia real, para um profundo respeito ao direito social inerente a classe trabalhadora. [...] A implantação do processo democrático, real e efetivo, cabe aos operários, aos setores do campesinato, aos setores médios, que possam se unir a este setor. O processo democrático é de vida ou morte. É a desopressão do caminho para apontar o rumo a uma sociedade mais justa, que seria o socialismo².

Foi também registrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) as contribuições referente ao sociólogo Agnaldo Quintela, ele reafirma as perspectivas do ensino no país, ele afirma que “o governo não está preocupado com a precária situação do ensino, e sim com demagogia de cestas-básicas e distribuição de leite. Isto, no entanto, não adianta, pois ele é, cada vez mais, impopular. Hoje, temos um quadro bastante obscuro no ensino”³. Fazendo uma breve reflexão no período de redemocratização no que se refere a ditadura militar no Brasil, percebemos que o docente da Universidade do Estado Campinas (UNICAMP) caracteriza o estado autoritário criado pelo regime militar, ele afirma que

As reformas, dos últimos dez anos, na área política, econômica, eleições diretas, etc., não foram suficientes para impedir o estabelecimento de protetorado militar sobre as autoridades civis. Os ramos militares do aparelho de Estado, como as 3 armas, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Serviços de Operações (SOP's) fixam limites, enquadrando a ação dos

¹ Idem, 1988, p. 1.

² Idem, 1988, p. 1.

³ Idem, 1988, p. 1.

Ministros e do Congresso. As Forças Armadas se fazem presentes dentro do aparelho do Estado, através das Assessorias de Segurança”¹.

A Associação Profissional dos sociólogos do Brasil (ASB) e a Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB) realizou o VII Congresso Nacional dos Sociólogos, ele ocorreu nos dias 24 a 27 de maio de 1988. O tema central do evento de sociologia foi “*Sociedade, Brasileira, Crise e Perspectivas*”². O evento contou com a participação de 500 pessoas. O Serviço Nacional de Informação (SNI) destaca a participação de *Antônio Carlos da Silva Barreiro*, na época era secretário do Trabalho de Estado da Bahia e representantes do governador daquele estado nordestino; *Rômulo de Almeida Barreto* era economista; *Gustavo Roque de Almeida* era presidente da ASEB; *Vinícius José Nogueira Caldeira Brant* era presidente do sindicato dos sociólogos do Estado de São Paulo; *Anete Brito Leal Ivo* era diretora do centro de recurso humanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA); *Lejeune Xavier Carvalho Filho* era representante da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado de São Paulo; *Jacob Aderle* era professor da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); *Antônio Carlos Odilon de Macedo* era professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); *Zélia de Oliveira Passos* era presidenta dos Sindicato dos Sociólogos do Paraná; *Manoel Aires de Moura* era presidente da Comissão Pró-Federação dos Sociólogos; *Valdélío Santos Silva* era militante do Partido dos Trabalhadores da Bahia (PT/BA); *Zivana Fonseca Monteiro* era integrante da diretoria da ASEB e tesoureira da APROSEB; *Luíza Bairros* era membro do Movimento Negro Unificado (MNU); *Javier Ulpiano Alfaya Rodrigues* militante do Partido Comunista do Brasil (PcdoB); *Antônio Jorge Fonseca de Almeida* era militante do PT e a participação de Mirian Costa de Oliveira que era socióloga³.

Durante o encontro de 1988 foi criada a Federação Nacional de Sociólogos do Brasil (FSNB), os participantes aprovaram as moções no referido evento: “repúdio a retaliação imposta pelo Governo Federal ao Governo do Estado da Bahia”; Contra a Reforma Agrária aprovada na constituinte, pois na mesma ‘não reflete os anseios de milhões de trabalhadores brasileiros”; “exigir do governo do Estado da Bahia a inclusão dos sociólogos no concurso público aberto pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, cujo edital foi publicado no Diário Oficial, editadas nos dias 21 e 22 de maio de 1988”;

¹ Idem, 1988, p. 1-2.

² **VII Congresso Nacional de sociólogos**. 21 de setembro de 1988. Nº ACE 067688/88. Confidencial.

³ Idem, 1988, p. 1.

“realização de um Congresso Extraordinário, em Pernambuco, em 1989”; e “realização do Congresso Nacional dos Sociólogos e cada 2 anos, sendo realizado no Estado do Pará escolhido para sediar o próximo, previsto para Julho de 1990”¹.

Durante o evento teve a discussão sobre a profissionalização do sociólogo na sociedade brasileira, por exemplo, a Federação Nacional de Sociólogos do Brasil (FSNB) destacou a sua luta pela implantação da disciplina Sociologia no ensino Médio, ela viria a substituir as disciplinas autoritárias criadas em 1969 pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969².

As divergências dos interesses econômicos e políticos dos grupos e das classes sociais da sociedade capitalista agrária e indústria influenciaram efetivamente na elaboração e evolução do pensamento sociológico brasileiro, nos séculos XIX e XX. A inclusão e exclusão da Sociologia nos currículos está vinculada à problemática levantada pela crise de transição à sociedade baseada no capitalismo agrário à sociedade do capitalismo industrial ou seja a preponderância do capitalismo sobre o capitalismo agrário e sobre todas as outras atividades produtivas (CORRÊA, 1996, p. 43).

Considerações finais

A disciplina OSPB era uma disciplina escolar que fazia parte do controle político e social pretendido pelos governos militares para a juventude brasileira. Havia um duplo movimento curricular construído dentro da disciplina OSPB, refiro-me as intenções pretendidas pelo regime em seu currículo prescrito pela ditadura militar, e a prática pedagógica dos professores materializado no espaço escolar.

Portanto, durante o período de transição democrática a documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI) nos evidencia novos temas e abordagens para o debater sobre a realidade social e política do Brasil. Foi se distanciando-se das perspectivas pretendidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), e a disciplina OSPB aproximou-se dos movimentos sociais de contestação as políticas educativas da ditadura militar brasileira.

As críticas as disciplinas autoritárias como integrantes de um processo mais amplo foi sendo construído no tecido social brasileiro, elas foram vistas como expressões máximas do entulho autoritário, e que nada contribuía para a construção de uma sociedade justa, democrática e de direitos sociais.

¹ Idem, 1988, p. 1-2.

² Idem, 1988, p. 2.

Democracia, racismo brasileiro e a construção de uma constituição cidadã foram elementos presentes na discussão da disciplina OSPB durante os anos 1980, bem como a extinção das disciplinas autoritárias implementadas pela ditadura militar brasileira. O período de transição democrática apresentam valores democráticos e de direitos sociais para serem debatidos dentro do espaço escolar.

No entanto, o SNI continuava com a vigilância em torno dos encontros dos professores a nível estadual e nacional, eles estavam exigindo mais participação, mais democracia e menos disciplinas autoritárias que não promoviam reflexões críticas sobre a verdadeira realidade social brasileira. Era necessário fazer uma reflexão sobre a política educacional implementada pelo regime militar. Foi realizado. A discussão sobre o papel dos partidos políticos de esquerda dentro deste contexto foi fundamental para compreender: qual sociedade nós queremos? Estava claro, que era uma sociedade democrática, igualitária e sem os “entulhos autoritários”. Todos os democratas estavam dizendo em uma só voz: ditadura, nunca mais!

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). São Paulo: editora EDUSC, 2004. p. 29-52.
- AARÃO REIS, Daniel. A vida política. *In*: AARÃO REIS, Daniel. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5). p. 75-126.
- ARAÚJO, Maria Paula. A ditadura em tempos de transição (1974-1985). *In*: MARTINHO, Francisco Carlos (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. (Coleção Comenius). p. 153-164.
- BOOTMOORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.
- CORRÊA, Lesi. Reflexões sobre exclusão e a inclusão da disciplina Sociologia no currículo escolar. **Revista Mediações**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 40-51, jan./jun. 1996.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Selva. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. *In*: GUIMARÃES, Selva. (Org.). **Ensino de História e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 75-106.

ROUANET, Sérgio. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Lucíola. História das disciplinas escolares: perspectivas de análises. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 21-29, 1990.

SANTOS, Cristiano Alexandre; QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Educação Moral e Cívica: uma estratégia de legitimação do poder (1969-1985)**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019.

TRINDADE, Judite. A História sumiu: o ensino de Estudos Sociais durante a Ditadura Militar. *In*: ABUD, Kátia; SCHMIDT, Maria (Org.). **50 anos da Ditadura Militar: capítulos sobre o Ensino de História**. Curitiba: W&A Editores, 2014.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.